



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDONIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Processo Administrativo nº 26.22.000000922-8

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDONIA, CNPJ 15.848.351/0001-24, por meio do(a) Setor de Compras, sediado(a) DOS IMIGRANTES, 3414, CRM-RO, bairro LIBERDADE, e-mail: licitacao@cremero.org.br na cidade de PORTO VELHO/RO, CEP 76.803-850, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **maior desconto**, modo de disputa **ABERTA** [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: **08 de julho de 2026.**

Hora Inicial: **10:00 (horário de Brasília)**

Valor: **R\$ 113.069,25 (cento e treze mil, sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado e integrado, com utilização de cartões magnéticos ou eletrônicos, contemplando:

- fornecimento de combustíveis;
- manutenção preventiva e corretiva;
- fornecimento de peças, acessórios e componentes;
- serviços de lavagem e higienização veicular;
- gestão operacional da frota;
- disponibilização de sistema informatizado para gerenciamento, controle e auditoria das operações;
- rede credenciada de estabelecimentos.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

A contratação visa atender às necessidades operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

A frota atualmente utilizada pelo Cremero é composta pelos seguintes veículos:

VEÍCULO/MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL	PLACA	KM ATUAL
Mitsubishi Pajero	2023/2024	Óleo Diesel S10	SL17F97	47.974 km
Mercedes Benz Sprinter	2017/2020	Óleo Diesel S10	QRA0I19	62.572 km
Toyota Corolla	2018/2018	Gasolina Comum	PBG1F47	107.577 km

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOS

3.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. *não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

4.3.3. *não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

4.3.4. *cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos disponibilizado no sistema compras.gov.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Item	2%

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. *Os documentos previstos no ITEM 13 do Termo de Referência*, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Conforme **ITEM 19** do termo de referência e seus ANEXOS.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.gov.br ou/e www.cremero.org.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. *Conforme previstos no ITEM 12 do Termo de Referência.*

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **licitacao@cremero.org.br**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cremero.org.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Modelo de Proposta

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Minuta de Contrato

Porto Velho, 25 de junho de 2026.

João Paulo Cuadal Soares

Cremero/Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	389179-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO	FABIULA SILVA XIMENES	17/06/2026 12:19 (v 0.19)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		26.22.000000922-8

1. 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado integrado, com utilização de cartões magnéticos, eletrônicos, microprocessados ou tecnologia equivalente, contemplando:

- fornecimento de combustíveis;
- manutenção preventiva e corretiva;
- fornecimento de peças, acessórios e componentes;
- serviços de lavagem e higienização veicular;
- gestão operacional da frota;
- disponibilização de sistema informatizado para gerenciamento, controle e auditoria das operações;
- rede credenciada de estabelecimentos para atendimento das demandas da Administração.

A contratação visa atender às necessidades operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, garantindo a continuidade das atividades administrativas, fiscalizatórias e institucionais desenvolvidas pela Autarquia.

A frota atualmente utilizada pelo CREMERO é composta pelos seguintes veículos:

VEÍCULO/MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL	PLACA	KM ATUAL
Mitsubishi Pajero	2023/2024	Óleo Diesel S10	SLI7F97	47.974 km
Mercedes Benz Sprinter	2017/2020	Óleo Diesel S10	QRA0I19	62.572 km
Toyota Corolla	2018/2018	Gasolina Comum	PBG1F47	107.577 km

Os quantitativos previstos para abastecimento, manutenção, fornecimento de peças e lavagem possuem caráter meramente estimativo, tendo sido definidos com base no histórico de utilização da frota institucional, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DOS COMBUSTÍVEIS

Óleo Diesel S10

- a) Combustível automotivo com teor máximo de enxofre de 10 ppm (partes por milhão);
- b) Deverá atender integralmente às especificações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- c) Destinado ao abastecimento dos veículos oficiais da frota e demais equipamentos eventualmente autorizados pela Administração.

Gasolina Comum

- a) Deverá atender integralmente às especificações estabelecidas pela ANP;
- b) Destinada ao abastecimento dos veículos oficiais da frota institucional.

ARLA 32

- a) Solução aquosa de ureia de alta pureza com concentração de 32,5%;
- b) Deverá atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR ISO 22241;
- c) Destinada aos veículos equipados com sistema SCR (Selective Catalytic Reduction).

DO SISTEMA INFORMATIZADO

A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado integrado para gerenciamento da frota, acessível por plataforma web e/ou aplicativo móvel, com disponibilidade mínima de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

O sistema deverá disponibilizar, no mínimo:

- a) cadastro e gerenciamento de veículos, usuários e gestores;
- b) controle de abastecimentos, manutenções, fornecimento de peças e demais serviços executados;
- c) monitoramento em tempo real das operações realizadas;
- d) registro automático das transações contendo data, horário, local, veículo, usuário, combustível, quantidade, valor e demais informações pertinentes;
- e) definição de perfis de acesso e parâmetros de controle;
- f) emissão de relatórios gerenciais e operacionais customizáveis;
- g) mecanismos de bloqueio preventivo para operações irregulares;
- h) suporte técnico especializado para atendimento das demandas da Administração;
- i) armazenamento seguro das informações e proteção dos dados processados.

DA REDE CREDENCIADA

A contratada deverá possuir rede credenciada apta a atender as necessidades operacionais do CREMERO em todo o Estado de Rondônia, bem como em outras localidades eventualmente necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A rede credenciada deverá contemplar, conforme a necessidade da Administração:

- a) postos de combustíveis;
- b) oficinas mecânicas;
- c) centros automotivos;
- d) concessionárias autorizadas;
- e) fornecedores de peças e acessórios;
- f) serviços de lavagem e higienização veicular;
- g) serviços de alinhamento, balanceamento, borracharia e demais serviços correlatos.

Os estabelecimentos credenciados deverão estar regularmente autorizados pelos órgãos competentes, observando a legislação aplicável, inclusive as normas da ANP, INMETRO, órgãos ambientais e demais exigências legais pertinentes.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO possui frota oficial composta por 03 (três) veículos, utilizados no atendimento das atividades administrativas, institucionais e fiscalizatórias desenvolvidas pelo Conselho em todo o Estado de Rondônia.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das atividades institucionais, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado integrado, contemplando o fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, bem como serviços de lavagem e higienização veicular.

A contratação pretendida tem por finalidade garantir que os veículos oficiais permaneçam em adequadas condições de funcionamento, segurança, conservação e utilização, assegurando maior eficiência operacional, redução de paralisações, aumento da vida útil da frota e observância às normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e demais legislações aplicáveis.

O gerenciamento informatizado da frota proporcionará maior controle administrativo e operacional sobre os abastecimentos, manutenções e demais serviços executados, permitindo rastreabilidade das operações, acompanhamento em tempo real, emissão de relatórios gerenciais, controle de custos, auditoria das transações e otimização da gestão contratual.

Para o abastecimento dos veículos, foi realizada estimativa de consumo anual com base no histórico de utilização da frota oficial do CREMERO, considerando os registros de abastecimento dos últimos 12 (doze) meses e os preços médios de revenda divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Em relação aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios, lavagem e higienização veicular, a Administração utilizou o histórico de despesas da frota institucional, pesquisas de mercado e contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, visando obter estimativa compatível com a realidade operacional da Autarquia.

A utilização de rede credenciada para abastecimento, manutenção e higienização proporcionará maior eficiência logística e operacional, permitindo atendimento descentralizado da frota, redução de deslocamentos desnecessários, diminuição do tempo de indisponibilidade dos veículos e maior economicidade para a Administração.

A manutenção preventiva constitui medida indispensável para preservação das condições de funcionamento e segurança dos veículos oficiais, contribuindo para redução de falhas mecânicas, prevenção de acidentes e diminuição de custos decorrentes de manutenções corretivas emergenciais.

A manutenção corretiva mostra-se igualmente necessária para garantir o pronto restabelecimento das condições de uso dos veículos, evitando interrupções nas atividades institucionais desempenhadas pelo CREMERO.

A contratação da solução integrada de gerenciamento de frota permitirá maior padronização dos procedimentos administrativos, centralização das informações operacionais, controle dos gastos públicos, ampliação da capacidade de fiscalização contratual e maior eficiência na tomada de decisões relacionadas à gestão da frota institucional.

Além disso, a contratação integrada mostra-se mais vantajosa do que a realização de contratações isoladas para abastecimento, manutenção e demais serviços correlatos, uma vez que proporciona maior controle operacional, simplificação administrativa, redução de custos indiretos e utilização de uma única plataforma tecnológica para gerenciamento de todas as operações.

Ademais, o CREMERO não dispõe de estrutura operacional própria, recursos tecnológicos ou corpo técnico especializado suficientes para realizar diretamente a gestão integrada dos serviços de abastecimento, manutenção, lavagem e controle operacional da frota oficial.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se necessária, adequada e vantajosa para o atendimento das necessidades institucionais do CREMERO.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e integrado, acessível via plataforma web e/ou aplicativo, com utilização de cartões eletrônicos, magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente, visando atender às necessidades operacionais do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

A solução deverá contemplar, de forma integrada:

- a) fornecimento de combustíveis;
- b) gerenciamento dos abastecimentos realizados pela frota oficial;
- c) manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

- d) fornecimento de peças, acessórios e componentes automotivos;
- e) serviços de lavagem e higienização veicular;
- f) disponibilização de rede credenciada de estabelecimentos;
- g) controle operacional, administrativo e gerencial da frota;
- h) emissão de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros.

O sistema informatizado deverá possibilitar o acompanhamento e controle das operações realizadas pela frota oficial do CREMERO, garantindo rastreabilidade das transações, segurança das informações, controle de custos, transparência da execução contratual, auditoria das operações e maior eficiência administrativa.

A solução deverá operar por meio de rede credenciada apta ao atendimento dos veículos oficiais do CREMERO, garantindo cobertura adequada em todo o Estado de Rondônia e, quando necessário, em outras localidades para atendimento das atividades institucionais da Autarquia.

A contratada deverá disponibilizar sistema integrado que permita o gerenciamento das operações em tempo real, emissão de relatórios customizáveis, acompanhamento dos consumos, controle de manutenções, gestão de despesas, bloqueio de cartões e demais funcionalidades necessárias ao adequado gerenciamento da frota.

A contratação busca promover maior eficiência na gestão da frota institucional, redução de custos operacionais, ampliação da competitividade entre os estabelecimentos credenciados, otimização dos procedimentos administrativos, melhoria do controle dos abastecimentos e manutenções, aumento da disponibilidade dos veículos e aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização contratual.

A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, sendo os quantitativos previstos meramente estimativos, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte do CREMERO.

A descrição detalhada da solução, incluindo os elementos técnicos, especificações, estimativas, requisitos operacionais, justificativas complementares e demais informações necessárias à contratação, encontra-se consolidada no Estudo Técnico Preliminar – ETP que instrui os presentes autos.

4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a execução contratual deverá observar práticas voltadas à redução dos impactos ambientais, racionalização do consumo de recursos naturais e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável à execução contratual, observando as normas expedidas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais vigentes.

A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, boas práticas de sustentabilidade ambiental, incluindo:

- a) racionalização do consumo de água, energia elétrica e combustíveis;
- b) redução da geração de resíduos e destinação ambientalmente adequada;
- c) utilização preferencial de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;
- d) prevenção da poluição ambiental decorrente da execução dos serviços;
- e) observância das normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis à atividade;
- f) orientação aos empregados quanto às práticas de sustentabilidade e preservação ambiental.

A rede credenciada deverá observar as normas ambientais e regulatórias aplicáveis às atividades de abastecimento, manutenção, lavagem e demais serviços relacionados ao objeto contratual.

A CONTRATADA deverá comprovar, quando solicitado pela Administração, o atendimento às exigências previstas na legislação ambiental vigente e demais normas correlatas.

A CONTRATADA deverá observar práticas sociais compatíveis com a legislação trabalhista e de direitos humanos, não podendo:

- a) utilizar mão de obra infantil ou em desacordo com a legislação trabalhista vigente;
- b) submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão;
- c) praticar atos discriminatórios de qualquer natureza.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação da gestão, administração, operação do sistema informatizado ou das obrigações principais assumidas pela CONTRATADA.

A execução dos serviços objeto da contratação ocorrerá por meio da rede credenciada da CONTRATADA, composta por postos de combustíveis, oficinas mecânicas, fornecedores de peças, lava-jatos e demais estabelecimentos necessários ao atendimento da frota oficial do CREMERO.

VISTORIA

Não será exigida vistoria prévia para participação no certame, considerando que as informações necessárias à elaboração das propostas encontram-se disponíveis neste Termo de Referência e seus anexos.

A eventual ausência de vistoria não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para alegação de desconhecimento das condições de execução contratual.

REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços dos combustíveis observarão os valores efetivamente praticados pelos estabelecimentos credenciados no momento do abastecimento, respeitados os parâmetros de mercado, os valores referenciais utilizados pela Administração e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

As oscilações normais dos preços dos combustíveis, peças, acessórios e serviços automotivos decorrentes das condições ordinárias de mercado não caracterizam reajuste contratual.

O contrato poderá ser objeto de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Qualquer pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com documentação idônea que demonstre efetivamente o impacto econômico sofrido pela contratada, bem como a repercussão direta sobre os custos de execução contratual.

Em qualquer hipótese de concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser mantido o percentual de desconto ofertado pela contratada durante a fase de lances e constante da proposta vencedora.

Para os serviços eventualmente sujeitos a reajuste por índice, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Administração poderá realizar diligências, auditorias e consultas aos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais fontes oficiais de mercado, com a finalidade de verificar a compatibilidade dos preços praticados pela rede credenciada.

5. OBRIGAÇÕES CREMERO

Além das obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços de acordo com as disposições do Edital, seus anexos e deste Termo de Referência.
- 5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 5.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.4. Fiscalizar e exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, ressalvados os casos de força maior devidamente justificados e aceitos pela Administração.
- 5.5. Assegurar-se da qualidade dos serviços prestados, verificando permanentemente seu adequado desempenho.
- 5.6. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, quando necessário à execução dos serviços.

- 5.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a correção das irregularidades identificadas.
- 5.8. Emitir ordens de serviço necessárias à execução contratual, por intermédio do fiscal do contrato ou substituto.
- 5.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados ou materiais fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas.
- 5.10. Atestar a execução dos serviços efetivamente prestados, para fins de pagamento.
- 5.11. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da documentação exigida contratualmente.
- 5.12. Fornecer relação atualizada dos veículos autorizados a utilizar os serviços objeto da contratação.
- 5.13. Solicitar a substituição de estabelecimentos credenciados considerados incompatíveis com o objeto contratado ou que apresentem desempenho insatisfatório.
- 5.14. Cumprir, no que couber, o disposto no Decreto nº 11.430/2023.
- 5.15. Requisitar, a seu critério, análise dos combustíveis fornecidos, nos termos do artigo 8º da Resolução ANP nº 9, de 07 de março de 2007.
- 5.16. Emitir pareceres e manifestações técnicas, especialmente quando da aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais.
- 5.17. Prestar aos empregados da CONTRATADA as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
- 5.18. Exigir o afastamento e a substituição de empregado ou preposto da CONTRATADA que não execute adequadamente os serviços, adote postura incompatível com suas funções ou cause prejuízos à fiscalização contratual.
- 5.19. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, para adoção das providências cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES CONTRATADA

Além das obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATADA:

- executar o objeto contratual em conformidade com as condições, especificações, quantitativos estimados e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na proposta apresentada;
- indicar preposto com poderes de representação durante toda a vigência contratual, disponibilizando endereço eletrônico e telefone para contato permanente com o CONTRATANTE;
- manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às demandas da fiscalização contratual;
- comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou estabelecimentos credenciados;
- assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução contratual;
- arcar com todos os custos necessários à execução contratual, inclusive aqueles decorrentes de eventual erro no dimensionamento de sua proposta;
- cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- observar, no que couber, as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e demais normas aplicáveis.

DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO

- implantar integralmente a solução no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato;
- disponibilizar sistema informatizado integrado para gerenciamento da frota, com acesso via internet, permitindo controle operacional, emissão de relatórios gerenciais, acompanhamento de abastecimentos, manutenções, consumo, custos e demais informações relacionadas à execução contratual;

- disponibilizar cartões eletrônicos, magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente para utilização dos serviços contratados;
- substituir cartões sem ônus para o CONTRATANTE nos casos de perda, extravio, dano, desgaste natural ou inclusão de novos veículos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação;
- capacitar os servidores indicados pelo CONTRATANTE quanto à utilização do sistema, sem custos adicionais, contemplando treinamento operacional e emissão de relatórios gerenciais;
- disponibilizar manual de utilização do sistema, suporte técnico e canal permanente de atendimento aos usuários.

DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO

- garantir que somente veículos previamente cadastrados e autorizados pelo CONTRATANTE utilizem os serviços disponibilizados;
- garantir que os abastecimentos sejam realizados exclusivamente com o combustível autorizado para cada veículo;
- assegurar a integridade, confiabilidade, rastreabilidade e disponibilidade das informações registradas no sistema;
- disponibilizar relatórios gerenciais detalhados contendo informações sobre abastecimentos, manutenções, consumo, custos, quilometragem, utilização da frota e demais dados necessários à fiscalização contratual;
- manter arquivo eletrônico atualizado das operações realizadas, permitindo consulta pelo CONTRATANTE durante toda a vigência contratual;
- disponibilizar ao CONTRATANTE, ao término da contratação, os dados e informações compilados durante a execução contratual, em formato eletrônico acessível.

DA REDE CREDENCIADA

- manter rede credenciada de postos de combustíveis, oficinas, centros automotivos, fornecedores de peças, serviços de lavagem e demais estabelecimentos necessários ao atendimento da frota do CREMERO;
- garantir que os estabelecimentos credenciados atendam às exigências legais, regulatórias e técnicas aplicáveis ao objeto contratado;
- comunicar ao CONTRATANTE qualquer inclusão, exclusão ou alteração relevante na rede credenciada no prazo máximo de 1 (um) dia útil;
- responsabilizar-se integralmente pelos serviços executados e produtos fornecidos pela rede credenciada;
- assegurar a qualidade dos combustíveis fornecidos, observando integralmente as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- realizar análise dos combustíveis sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, nos termos da regulamentação aplicável;
- responsabilizar-se por danos causados aos veículos do CONTRATANTE decorrentes de combustível inadequado, adulterado ou fora das especificações técnicas.

DA MANUTENÇÃO VEICULAR

- executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva por intermédio da rede credenciada, observando as recomendações dos fabricantes dos veículos e as normas técnicas aplicáveis;
- garantir que as peças, componentes e acessórios utilizados atendam às especificações técnicas dos fabricantes ou possuam qualidade equivalente;
- promover a correção imediata de falhas, defeitos ou irregularidades identificadas pelo CONTRATANTE;
- reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- permitir o acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo CONTRATANTE, garantindo amplo acesso às informações e documentos necessários;
- guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual;
- acatar as orientações da fiscalização contratual, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE;
- responsabilizar-se pela gestão, administração, padronização e gerenciamento centralizado dos serviços contratados;
- iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do contrato e conclusão da fase de implantação prevista neste Termo de Referência.

7. MODALIDADE

fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO, incidente sobre os preços praticados pela rede credenciada da CONTRATADA para fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, manutenção preventiva e corretiva, lavagem e higienização veicular e demais serviços abrangidos pelo objeto da contratação.

A adoção do critério de julgamento pelo maior desconto justifica-se em razão da natureza variável dos preços dos combustíveis, peças, acessórios e serviços automotivos, cujos valores sofrem constantes oscilações de mercado, permitindo à Administração obter economia efetiva durante toda a execução contratual.

. A taxa de administração referente ao gerenciamento da frota será fixada em 0,00% (zero por cento), não sendo admitida cobrança adicional pela disponibilização do sistema informatizado, emissão de cartões, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção da plataforma tecnológica ou quaisquer outros custos relacionados à administração da solução.

. A remuneração da CONTRATADA ocorrerá mediante a execução do objeto contratual e a aplicação do percentual de desconto ofertado na licitação, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

O percentual de desconto ofertado pela licitante deverá ser único, linear e uniforme, incidindo sobre todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo objeto contratual, incluindo combustíveis, peças, acessórios, serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem e higienização veicular.

. Não será admitida a apresentação de percentuais distintos para os diversos itens que compõem a contratação.

. O percentual ofertado será aplicado sobre os preços efetivamente praticados pela rede credenciada da CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

. A exigência de desconto linear visa garantir a comparabilidade objetiva das propostas, evitar distorções na formação dos preços e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o maior percentual de desconto, observadas as exigências de habilitação, qualificação técnica, exequibilidade e aceitabilidade da proposta.

. O percentual de desconto ofertado deverá permanecer fixo durante toda a vigência contratual, inclusive em eventuais prorrogações, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de reequilíbrio econômico-financeiro.

. Os quantitativos e valores constantes deste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário, considerando a natureza continuada, estimativa e variável dos serviços contratados.

ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

. A proposta comercial deverá conter, no mínimo:

a) identificação completa da licitante;

b) percentual de desconto ofertado para julgamento da proposta;

c) declaração expressa de que a taxa de administração será de 0,00% (zero por cento);

d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

e) declaração de que no percentual ofertado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas administrativas, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção da plataforma tecnológica e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto;

f) declaração de concordância com todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação.

. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) apresentarem condições incompatíveis com o Edital ou Termo de Referência;
- b) apresentarem percentual de desconto inexecutável ou manifestamente incompatível com a realidade de mercado;
- c) contiverem vícios insanáveis ou informações falsas;
- d) não atenderem às exigências de aceitabilidade previstas no instrumento convocatório.

. A Administração poderá promover diligências destinadas a verificar a exequibilidade da proposta apresentada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização da execução contratual observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Portaria nº 48/CREMERO e demais normas aplicáveis.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro formal nos autos.

As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo de outras formas admitidas pela legislação.

Após a assinatura do contrato, a Administração poderá promover reunião inicial com a CONTRATADA para alinhamento dos procedimentos de execução, fiscalização, comunicação, emissão de relatórios, indicadores de desempenho e demais aspectos relacionados à gestão contratual.

8.2. PREPOSTO

A CONTRATADA deverá designar formalmente preposto para representá-la durante toda a execução contratual, informando nome, telefone e endereço eletrônico para contato.

O preposto deverá possuir poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos, acompanhar a execução contratual e adotar as providências necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

O CREMERO poderá recusar, mediante justificativa, a indicação ou permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto em prazo razoável fixado pela Administração.

8.3. FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por fiscal ou equipe de fiscalização formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria nº 48/CREMERO.

Compete ao fiscal do contrato:

- a) acompanhar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- b) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- c) solicitar esclarecimentos, documentos e informações necessários ao acompanhamento da execução contratual;
- d) verificar a regularidade dos serviços executados e dos produtos fornecidos;
- e) comunicar formalmente à CONTRATADA as irregularidades constatadas, estabelecendo prazo para saneamento quando cabível;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimentos executados em desacordo com as especificações contratuais;
- g) acompanhar a qualidade dos combustíveis, peças, serviços de manutenção e demais fornecimentos realizados pela rede credenciada;
- h) verificar a correta utilização do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA;
- i) encaminhar ao gestor do contrato as situações que demandem providências superiores à sua competência.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, inclusive quanto aos atos praticados por sua rede credenciada.

8.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Compete ao fiscal administrativo:

- a) acompanhar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;
- b) verificar a regularidade documental necessária aos pagamentos;
- c) acompanhar os procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento das despesas;
- d) acompanhar a formalização de apostilamentos, termos aditivos e demais alterações contratuais;
- e) comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades administrativas identificadas durante a execução contratual.

8.5. GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato será designado pela autoridade competente e terá como atribuições:

- a) coordenar as atividades de gestão e fiscalização contratual;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato;
- c) adotar as providências necessárias para solução das ocorrências registradas;
- d) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- e) avaliar o desempenho da execução contratual;
- f) promover a instrução dos procedimentos relacionados a alterações, prorrogações, reajustes, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de penalidades e encerramento contratual;
- g) encaminhar à autoridade competente os casos que demandem decisão superior;
- h) elaborar relatórios gerenciais sobre a execução contratual;
- i) emitir manifestação quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- j) encaminhar a documentação necessária aos procedimentos de liquidação e pagamento;
- k) adotar as providências necessárias para instauração de processo administrativo de responsabilização, quando cabível.

O gestor do contrato deverá manter registro atualizado de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, visando assegurar a adequada fiscalização, transparência e controle da contratação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, mediante implantação e operação de sistema informatizado e integrado via web, por meio de rede credenciada, contemplando:

- a) fornecimento de combustíveis;
- b) manutenção preventiva e corretiva;
- c) fornecimento de peças, acessórios e componentes;
- d) serviços de lavagem e higienização veicular;
- e) gestão operacional da frota;
- f) emissão de relatórios gerenciais e operacionais.

9.2. A execução contratual terá início após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

9.3. A CONTRATADA deverá implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato, todo o sistema de gerenciamento da frota, incluindo:

- a) cadastramento dos veículos e usuários;
- b) disponibilização de login e senha de acesso;
- c) emissão e entrega dos cartões eletrônicos, magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente;
- d) disponibilização integral do sistema informatizado;
- e) demais providências necessárias ao pleno funcionamento da solução.

9.4. Caso necessário, a CONTRATADA deverá providenciar a instalação de equipamentos, softwares, dispositivos ou demais recursos tecnológicos indispensáveis à execução contratual, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.5. A prestação dos serviços deverá possuir abrangência estadual e nacional, garantindo atendimento adequado à frota oficial do CREMERO.

9.6. O gerenciamento da frota deverá ocorrer por meio de sistema informatizado integrado via web, permitindo o controle operacional dos abastecimentos, lavagens, manutenções preventivas e corretivas.

9.7. O sistema deverá operar mediante utilização de cartões eletrônicos, magnéticos ou tecnologia equivalente, individualizados por veículo e vinculados à utilização de senha pessoal dos usuários autorizados.

9.8. Os abastecimentos, manutenções e demais serviços somente poderão ser realizados mediante identificação do veículo e validação do usuário autorizado.

9.9. O sistema deverá permitir:

- a) bloqueio e desbloqueio de cartões;
- b) emissão de segunda via;
- c) controle de limites;
- d) consulta de saldos;
- e) emissão de relatórios gerenciais;
- f) rastreabilidade das operações;
- g) acompanhamento em tempo real das transações realizadas.

9.10. O sistema deverá ser disponibilizado em ambiente web, sem necessidade de instalação de softwares nos equipamentos da CONTRATANTE.

9.11. O sistema deverá possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a) geração de relatórios gerenciais e operacionais;
- b) controle individualizado por veículo;
- c) histórico completo das operações realizadas;
- d) exportação de dados;
- e) cadastramento e gerenciamento da frota;
- f) controle de abastecimentos, manutenções e lavagens;
- g) identificação de condutores;
- h) consulta da rede credenciada atualizada;
- i) mecanismos de segurança e controle de acesso;
- j) solução alternativa para continuidade da operação em caso de indisponibilidade do sistema.

9.12. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo:

- a) identificação do veículo;

- b) identificação do condutor;
- c) placa do veículo;
- d) data e hora da operação;
- e) estabelecimento credenciado responsável pelo atendimento;
- f) tipo de combustível ou serviço executado;
- g) quantitativo fornecido ou executado;
- h) valor unitário e valor total da operação;
- i) quilometragem registrada no momento da operação;
- j) percentual de desconto aplicado.

9.13. A CONTRATADA deverá manter rede credenciada apta ao atendimento da frota do CREMERO durante toda a vigência contratual.

9.13.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato, a relação completa da rede credenciada que atenderá o CREMERO, contendo:

- a) razão social;
- b) nome fantasia, quando houver;
- c) endereço completo;
- d) telefone;
- e) município;
- f) tipo de serviço disponibilizado.

9.13.2. A Administração poderá solicitar a substituição ou complementação da rede credenciada quando verificar insuficiência de cobertura ou inadequação ao atendimento das necessidades operacionais do CREMERO.

9.14. A rede credenciada deverá permanecer ativa e operacional durante toda a vigência contratual.

9.15. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

9.16. A CONTRATADA deverá garantir que os preços praticados na rede credenciada sejam compatíveis com os preços de mercado.

9.17. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por intermédio da rede credenciada, observando as recomendações dos fabricantes dos veículos e as normas técnicas aplicáveis.

9.18. Os serviços de manutenção compreenderão, dentre outros:

- a) mecânica em geral;
- b) elétrica e eletrônica;
- c) suspensão;
- d) direção;
- e) freios;
- f) arrefecimento;
- g) alinhamento e balanceamento;
- h) borracharia;
- i) lanternagem, funilaria e pintura;
- j) troca de óleo, filtros e lubrificantes;

k) substituição de peças, acessórios e componentes.

9.19. As peças, acessórios e componentes utilizados deverão ser novos, de primeiro uso e compatíveis com as especificações dos fabricantes dos veículos.

9.20. A execução dos serviços de manutenção dependerá de autorização prévia da fiscalização contratual.

9.21. A CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado dos serviços e peças antes da execução das manutenções, para análise e aprovação da fiscalização.

9.22. A rede credenciada deverá possuir instalações, equipamentos, ferramentas e condições operacionais adequadas à execução dos serviços contratados.

9.23. Os veículos deverão ser entregues devidamente limpos após a execução dos serviços de manutenção.

9.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual.

9.25. A CONTRATADA deverá promover treinamento dos servidores indicados pela CONTRATANTE quanto à utilização do sistema informatizado.

9.25.1. A fase de implantação deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e incluir, no mínimo:

a) cadastramento da frota;

b) emissão e entrega dos cartões;

c) configuração do sistema;

d) treinamento dos usuários;

e) realização de testes operacionais.

9.25.2. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 4 (quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração, contemplando:

a) cadastramento e gerenciamento de veículos e usuários;

b) utilização do sistema;

c) emissão de relatórios;

d) acompanhamento de despesas e consumo;

e) bloqueio e substituição de cartões;

f) utilização das ferramentas de controle e fiscalização.

9.25.3. Após a capacitação, a CONTRATADA deverá disponibilizar manual do usuário, suporte técnico e canal permanente de atendimento.

9.26. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatório analítico e nota fiscal contendo os serviços executados, quantitativos, valores praticados, descontos aplicados e demais informações necessárias à fiscalização.

9.27. A taxa de administração referente ao gerenciamento da frota será fixada em 0,00% (zero por cento), não sendo admitida cobrança adicional pela disponibilização do sistema informatizado, emissão de cartões, implantação, treinamento, suporte técnico ou manutenção da plataforma tecnológica.

9.27.1. O percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA deverá ser único, linear e uniforme, incidindo sobre todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo objeto contratual.

9.27.2. Não será admitida a aplicação de percentuais distintos para os diversos itens da contratação.

9.27.3. O percentual de desconto permanecerá fixo durante toda a vigência contratual, inclusive em eventuais prorrogações, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

9.27.4. Em qualquer hipótese de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser preservado o percentual de desconto ofertado durante a fase competitiva do certame.

9.28. A proposta da licitante deverá contemplar todas as despesas necessárias à plena execução contratual.

9.29. A CONTRATADA deverá manter arquivo eletrônico atualizado contendo o histórico das operações realizadas durante toda a vigência contratual.

9.30. O sistema deverá garantir segurança, rastreabilidade, autenticidade e integridade das informações registradas.

9.31. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CREMERO os dados e informações da execução contratual em meio eletrônico pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência.

9.32. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis, recomendações dos fabricantes e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

10. PARCELAMENTO

10.1. Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração optou pela não realização do parcelamento do objeto, adotando a contratação em lote único, em razão da natureza integrada e interdependente da solução pretendida.

10.2. O objeto contempla serviços que operam de forma conjunta e complementar, envolvendo gerenciamento informatizado da frota, fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, lavagem e higienização veicular, controle operacional e disponibilização de rede credenciada.

10.3. A execução dos serviços por fornecedores distintos comprometeria a integração tecnológica da solução, a uniformidade dos procedimentos operacionais, o gerenciamento centralizado da frota e a efetividade dos mecanismos de controle e fiscalização contratual.

10.4. O parcelamento do objeto poderia ocasionar:

- a) incompatibilidade entre sistemas de gerenciamento;
- b) fragmentação das informações operacionais e gerenciais;
- c) aumento da complexidade administrativa da contratação;
- d) dificuldades de fiscalização e controle da execução contratual;
- e) sobreposição de responsabilidades entre contratadas distintas;
- f) aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização contratual;
- g) prejuízo à rastreabilidade das operações realizadas;
- h) comprometimento da eficiência operacional da solução.

10.5. A contratação em lote único proporciona maior eficiência administrativa, padronização dos procedimentos, centralização das informações, melhor gestão operacional da frota, maior controle dos gastos públicos e otimização dos recursos humanos e materiais empregados na fiscalização contratual.

10.6. Considerando a natureza integrada da solução, a interdependência entre os serviços contratados e a necessidade de gerenciamento unificado da frota institucional, conclui-se que o não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.7. A adoção do lote único não restringe a competitividade do certame, uma vez que o mercado especializado em gestão de frotas normalmente disponibiliza soluções integradas abrangendo combustíveis, manutenção, peças, lavagem e sistema informatizado de gerenciamento, constituindo prática amplamente consolidada na Administração Pública.

11. PAGAMENTO

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em conformidade com a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, observadas as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O pagamento ocorrerá mensalmente, mediante a efetiva execução dos serviços e fornecimentos realizados no período de referência, devidamente atestados pelo fiscal e gestor do contrato.

11.3. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos relatórios operacionais emitidos pelo sistema informatizado de gerenciamento de frota, contendo, no mínimo:

- a) identificação do contrato e do processo administrativo;
- b) período de execução dos serviços;
- c) discriminação dos abastecimentos, manutenções, peças, acessórios, lavagens e demais serviços realizados;
- d) quantitativos executados;

e) valores praticados pela rede credenciada;

f) percentual de desconto aplicado;

g) valor líquido faturado;

h) dados bancários para pagamento.

11.4. Recebida a documentação, a fiscalização realizará a conferência dos serviços executados, dos valores cobrados e dos descontos aplicados.

11.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa e da emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA.

11.6. Para fins de liquidação da despesa, serão verificados:

a) a conformidade da Nota Fiscal/Fatura;

b) a regular execução contratual;

c) a compatibilidade dos valores cobrados com os registros do sistema informatizado;

d) a correta aplicação do percentual de desconto contratado;

e) a documentação exigida para pagamento;

f) a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

11.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser realizada mediante consulta ao SICAF ou por meio da apresentação das certidões pertinentes.

11.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, inconsistência documental, divergência de valores ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem geração de ônus para a Administração.

11.9. Constatada irregularidade fiscal ou trabalhista, será concedido prazo para regularização, observadas as disposições legais aplicáveis.

11.10. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções e rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.11. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

11.12. Será considerada como data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

11.13. Quando exigido pela legislação vigente, serão efetuadas as retenções tributárias cabíveis.

11.14. A empresa optante pelo Simples Nacional deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição para fins de aplicação do tratamento tributário correspondente.

11.15. Não será efetuado pagamento enquanto houver pendência decorrente de inadimplência contratual, aplicação de penalidade administrativa ou ausência de documentação obrigatória.

11.16. Em caso de atraso de pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado entre a data do vencimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

11.17. Não haverá pagamento antecipado na presente contratação.

11.18. Poderão ser glosados, total ou parcialmente, os valores relativos a serviços ou fornecimentos:

a) não executados;

b) executados em desacordo com o contrato, Termo de Referência ou proposta apresentada;

c) sem comprovação documental adequada;

d) realizados sem autorização da fiscalização, quando exigida;

e) incompatíveis com os registros operacionais constantes do sistema informatizado;

f) executados em desconformidade com as condições estabelecidas para a rede credenciada.

11.19. A glosa de valores não impede a aplicação das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e no Contrato.

11.20. O pagamento será realizado considerando os valores efetivamente executados e comprovados no período de referência, aplicando-se obrigatoriamente o percentual de desconto contratado sobre os preços praticados pela rede credenciada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.21. A taxa de administração da contratação será de 0,00% (zero por cento), não sendo admitida qualquer cobrança adicional relacionada à disponibilização do sistema informatizado, emissão de cartões, implantação, treinamento, suporte técnico ou manutenção da plataforma tecnológica.

12. SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Pela prática das infrações acima poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando a infração consistir em inexecução parcial de pequena gravidade e não justificar aplicação de sanção mais severa;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, observado o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nas hipóteses previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 12.1.

12.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 12.1, bem como nos casos de maior gravidade que justifiquem penalidade superior.

12.5. MULTAS

12.5.1. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15 (quinze) dias corridos.

12.5.2. Ultrapassado o limite previsto no item anterior, a Administração poderá converter a mora em inexecução parcial ou total, conforme o caso.

12.5.3. Multa compensatória de 0,2% (dois décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado do contrato, observada a gravidade da infração, nas hipóteses de:

- a) inexecução parcial;
- b) inexecução total;
- c) descumprimento de obrigações contratuais;
- d) fraude, falsidade documental ou comportamento inidôneo;
- e) demais infrações previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

12.7. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

12.8. Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo próprio.

12.9. A defesa prévia poderá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da notificação.

12.10. As notificações poderão ser encaminhadas por meio eletrônico aos endereços informados pela CONTRATADA em sua proposta, contrato ou cadastro no SICAF.

12.11. Os endereços eletrônicos informados serão considerados válidos para fins de comunicação oficial, não cabendo alegação de desconhecimento das mensagens regularmente encaminhadas.

12.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração;

b) as circunstâncias do caso concreto;

c) os danos causados à Administração;

d) as circunstâncias agravantes e atenuantes;

e) a reincidência;

f) a adoção de medidas corretivas pela CONTRATADA;

g) a existência e efetividade de programa de integridade, quando aplicável.

12.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos pela Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, observadas as competências legais.

12.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos.

12.15. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais cabíveis, inclusive SICAF, CEIS e CNEP, quando aplicável.

12.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, na forma prevista no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.17. Os débitos decorrentes de multas administrativas e indenizações poderão ser compensados com créditos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA, observada a legislação vigente.

12.18. Os procedimentos de apuração de infrações e aplicação de penalidades observarão, além da Lei nº 14.133/2021, as disposições da Portaria nº 48 /CREMERO e demais normas internas aplicáveis.

13. HABILITAÇÃO

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Edital da licitação.

13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A licitante deverá apresentar:

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de regularidade perante a Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável;

f) prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, quando exigível.

Caso a licitante seja isenta de tributos relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante documentação emitida pelo órgão competente.

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A licitante deverá apresentar:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) no caso de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil;

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível.

A boa situação financeira será demonstrada mediante os seguintes índices:

a) Liquidez Geral (LG) superior a 1,00;

b) Liquidez Corrente (LC) superior a 1,00;

c) Solvência Geral (SG) superior a 1,00.

Os índices serão calculados pelas fórmulas previstas no Edital.

A licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

Serão considerados compatíveis os serviços de:

a) gerenciamento informatizado de frota;

b) gerenciamento de abastecimento;

c) gerenciamento de manutenção veicular;

d) fornecimento de combustíveis;

e) fornecimento de peças e acessórios;

f) serviços correlatos de gestão de frota.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

A licitante deverá apresentar declaração de que possui condições técnicas e operacionais para disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de frota compatível com as necessidades do CREMERO.

A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou promoverá, até o início da execução contratual, rede credenciada suficiente para atendimento das necessidades da Administração, observadas as exigências previstas neste Termo de Referência.

A comprovação definitiva da rede credenciada será exigida da licitante vencedora no prazo estabelecido para implantação da solução.

13.5. DECLARAÇÕES

A licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

a) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

b) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

c) Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) Declaração de que não possui em seu quadro societário agente público pertencente ao quadro do CREMERO, observadas as vedações legais aplicáveis;

e) Declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para execução do objeto e de que atende a todos os requisitos de habilitação previstos no Edital;

f) Declaração de que disponibilizará, até o início da execução contratual, sistema informatizado de gerenciamento de frota e rede credenciada compatíveis com as exigências deste Termo de Referência;

g) Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a adotar as medidas necessárias à proteção dos dados eventualmente tratados durante a execução contratual;

h) Declaração de que a taxa de administração ofertada será de 0,00% (zero por cento), conforme exigido neste Termo de Referência.

13.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diversos, salvo nos casos legalmente admitidos.

Quando a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, quando for filial, em nome da filial, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

Serão aceitos documentos emitidos em nome da matriz e da filial quando comprovada a centralização do recolhimento das contribuições correspondentes.

A documentação de habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, sem prejuízo da apresentação dos documentos complementares exigidos no Edital.

14. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, consignados no orçamento vigente.

14.2. A contratação será suportada, inicialmente, pelas seguintes contas orçamentárias:

a) Conta nº 6.2.2.1.1.33.90.39.003 – Comissões e Corretagens;

b) Conta nº 6.2.2.1.1.33.90.39.014 – Manutenção e Conservação de Veículos;

c) Conta nº 6.2.2.1.1.33.90.30.014 – Material para Manutenção de Veículos;

d) Conta nº 6.2.2.1.1.33.90.30.001 – Gás, Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.

14.3. A disponibilidade orçamentária para atendimento da presente contratação será objeto de manifestação específica do setor competente nos autos do processo administrativo, previamente à formalização da contratação.

14.4. Nos exercícios financeiros subsequentes, em caso de prorrogação contratual, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos orçamentos anuais.

14.5. As dotações orçamentárias poderão ser suplementadas, remanejadas ou ajustadas, quando necessário, observadas as normas orçamentárias, financeiras e contábeis aplicáveis.

15. VALOR ESTIMADO E METODOLOGIA

15. MEMÓRIA DE CÁLCULO E METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

15.1. A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando parâmetros compatíveis com o objeto da contratação e com a realidade operacional da frota do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

15.2. A metodologia adotada considerou:

- a) o histórico de consumo de combustíveis da frota oficial nos últimos 12 (doze) meses;
- b) as despesas efetivamente executadas com manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- c) os gastos realizados com lavagem e higienização da frota;
- d) os preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- e) consultas a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- f) pesquisa de preços realizada em fontes oficiais e especializadas;
- g) a natureza continuada dos serviços e as particularidades das atividades fiscalizatórias e administrativas desempenhadas pelo CREMERO.

15.3. ESTIMATIVA DE COMBUSTÍVEIS

Para definição dos quantitativos estimados de combustíveis, foi utilizado o histórico de consumo da frota oficial do CREMERO, considerando os abastecimentos efetivamente realizados pelos veículos em operação durante os últimos 12 (doze) meses.

Foram identificadas as seguintes necessidades estimadas para o período contratual:

Combustível	Quantidade Estimada (Litros/Ano)
Gasolina Comum	3.657,243
Diesel S10	4.214,576
Total	7.871,819

15.4. Os preços unitários referenciais foram obtidos mediante levantamento dos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP para o Estado de Rondônia, considerando o período de levantamento constante dos autos.

Combustível	Valor Unitário Médio
Gasolina Comum	R\$ 7,89
Diesel S10	R\$ 7,99

15.5. A formação do valor estimado ocorreu pela multiplicação dos quantitativos estimados pelos respectivos valores unitários médios:

Combustível	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
Gasolina Comum	3.657,243 litros	R\$ 7,89	R\$ 28.855,65
Diesel S10	4.214,576 litros	R\$ 7,99	R\$ 33.675,46
Total	7.871,819 litros	—	R\$ 62.531,11

15.6. DA ESTIMATIVA DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO VEICULAR

A estimativa referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, bem como lavagem e higienização veicular, foi elaborada com base nos gastos efetivamente executados pela Administração nos últimos 12 (doze) meses, observando-se a utilização operacional da frota institucional.

Descrição	Valor Estimado
Manutenção Veicular	R\$ 28.938,14
Lavagem e Higienização	R\$ 21.600,00
Total	R\$ 50.538,14

15.7. A pesquisa de mercado também contemplou consultas a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, por meio do Portal Compras.gov.br e sistema Banco de Preços, servindo como parâmetro complementar de validação da compatibilidade dos valores estimados adotados pela Administração.

15.8. VALOR GLOBAL ESTIMADO

Descrição	Valor (R\$)
Fornecimento de Combustíveis	R\$ 62.531,11
Manutenção Veicular, Fornecimento de Peças, Acessórios e Lavagem/Higienização	R\$ 50.538,14
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 113.069,25

15.9. Conclui-se, portanto, que a estimativa global da contratação perfaz o montante de R\$ 113.069,25 (cento e treze mil, sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), valor obtido a partir do histórico de consumo da frota institucional, das despesas efetivamente executadas nos últimos 12 meses, dos preços médios divulgados pela ANP, das pesquisas de mercado realizadas e das características operacionais dos serviços demandados pelo CREMERO.

15.10. As quantidades e valores apresentados possuem natureza estimativa, não constituindo obrigação de consumo integral pela Administração, podendo sofrer variações para mais ou para menos em razão das demandas institucionais, fiscalizações, deslocamentos extraordinários, manutenções corretivas imprevisíveis e oscilações normais dos preços praticados no mercado.

15.11. A estimativa observou os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, razoabilidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, não sendo identificados elementos que indiquem sobrepreço ou inexecuibilidade dos valores estimados.

16. Benefícios da LC 123/06

16.1. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação vigente.

Entretanto, para a presente contratação, não será aplicada exclusividade, reserva de cotas ou subdivisão do objeto destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

A decisão fundamenta-se na natureza integrada da solução pretendida, que contempla gerenciamento informatizado de frota, fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, lavagem veicular, rede credenciada e controle operacional unificado.

A eventual divisão do objeto ou reserva de cotas poderá comprometer:

- a) a integração da solução;
- b) a padronização dos procedimentos operacionais;
- c) a eficiência administrativa;
- d) o gerenciamento centralizado da frota;
- e) a rastreabilidade das operações;
- f) a economicidade da contratação;
- g) a adequada fiscalização contratual;
- h) a responsabilização contratual unificada.

Aplica-se, portanto, o disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Permanecem assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios legalmente previstos, especialmente aqueles relacionados à regularização fiscal, ao tratamento favorecido na habilitação e ao exercício do direito de preferência em caso de empate ficto.

16.2. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

A vedação decorre da natureza comum do objeto, da ampla disponibilidade de empresas aptas à execução integral dos serviços e da inexistência de complexidade técnica ou econômica que justifique a reunião de empresas para ampliação de capacidade operacional.

A participação em consórcio, no presente caso, poderia dificultar a gestão contratual, a fiscalização da execução, a definição de responsabilidades e a aplicação de eventuais sanções administrativas.

16.3. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Não será admitida a participação de cooperativas quando demonstrada incompatibilidade entre o modelo cooperativo e as características da execução contratual.

A presente contratação envolve a disponibilização e operação de sistema informatizado de gerenciamento de frota, administração de rede credenciada, controle operacional contínuo, gerenciamento centralizado de informações e responsabilidade integral pela execução dos serviços contratados.

Tais características exigem estrutura empresarial organizada, gestão centralizada e responsabilidade operacional unificada, circunstâncias que se mostram incompatíveis com a forma de atuação cooperativa para o objeto específico desta contratação.

A vedação fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada execução contratual, a continuidade dos serviços, a eficiência administrativa, a segurança operacional e a responsabilização direta da futura contratada, observando-se os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

17. CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da interpretação ou execução contratual serão resolvidos pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, os princípios que regem a Administração Pública, as normas aplicáveis à matéria e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado compatíveis com o regime jurídico dos contratos administrativos.

18. Disposições Gerais

18.1. O presente Termo de Referência reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pela legislação correlata aplicável ao objeto, pelas normas internas do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO e pelos princípios que regem a Administração Pública.

18.2. Aplicam-se subsidiariamente à presente contratação os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, naquilo que não conflitam com o regime jurídico-administrativo.

18.3. As comunicações entre o CREMERO e a CONTRATADA ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, utilizando-se os endereços eletrônicos informados pelas partes durante a licitação e execução contratual.

18.4. A CONTRATADA deverá acusar o recebimento das comunicações encaminhadas pelo CREMERO no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do envio.

18.5. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem manifestação da CONTRATADA, a comunicação será considerada regularmente recebida para todos os efeitos legais e contratuais.

18.6. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CREMERO qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico ou demais dados cadastrais no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da ocorrência da alteração.

18.7. A apresentação da proposta implica plena ciência, concordância e aceitação das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo licitatório.

18.8. Não serão admitidos pedidos de revisão de preços decorrentes de erro, omissão, equívoco ou inadequado dimensionamento da proposta apresentada pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas de reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro.

18.9. Os produtos, peças, componentes, materiais e serviços fornecidos deverão observar as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como as normas técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis.

18.10. A CONTRATADA deverá observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados eventualmente tratados em decorrência da execução contratual.

18.11. A fiscalização e a gestão contratual observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Portaria nº 48/CREMERO e demais normativos internos aplicáveis.

18.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas durante a execução contratual serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições legais vigentes, os princípios da Administração Pública e o interesse público.

18.13. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Preços, a Memória de Cálculo, a Proposta da Contratada, o Edital da Licitação e os demais documentos constantes do processo administrativo.

19. INSTRUMENTO CONTRATUAL

19. INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. A contratação será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato, elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e previamente submetido à análise jurídica, quando exigido pela legislação e normativos internos aplicáveis.

19.2. A assinatura do contrato ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, mediante utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO ou outro sistema oficialmente adotado pelo CREMERO.

19.3. Para fins de assinatura eletrônica, a empresa adjudicatária deverá possuir cadastro ativo de Usuário Externo no sistema indicado pela Administração, mantendo atualizados seus dados cadastrais e contatos eletrônicos.

19.4. A adjudicatária será convocada formalmente para assinatura do contrato por meio eletrônico, inclusive por correio eletrônico institucional ou outro meio oficialmente admitido pela Administração.

19.5. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela adjudicatária durante seu transcurso e devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.6. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e neste Termo de Referência.

19.7. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições constantes do contrato, deste Termo de Referência, do Edital, da proposta apresentada e dos demais documentos que integram o processo administrativo.

19.8. O contrato poderá ser alterado, prorrogado, suspenso ou extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, motivação, contraditório e ampla defesa.

19.9. A eventual extinção contratual será formalmente motivada nos autos do processo administrativo correspondente, assegurando-se à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, quando cabível.

19.10. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração previstos no art. 104 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis aos contratos administrativos.

19.11. As comunicações oficiais entre as partes ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, utilizando-se os endereços eletrônicos e demais contatos informados durante o procedimento licitatório e a execução contratual.

19.12. Os documentos produzidos durante a execução contratual poderão ser assinados eletronicamente e integrarão os autos do processo administrativo correspondente, possuindo a mesma validade jurídica dos documentos físicos, na forma da legislação vigente.

20. Anexo I - Modelo de proposta

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CPF: _____

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado integrado, com utilização de cartões magnéticos, eletrônicos, microprocessados ou tecnologia equivalente, contemplando fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, lavagem e higienização veicular, gestão operacional da frota e disponibilização de rede credenciada de estabelecimentos, para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO.

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO OFERTADO
Lote Único	Gerenciamento de Frota (combustível, manutenção, peças, acessórios, lavagem e sistema informatizado)	____ %

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento)

DECLARAÇÕES

Declaramos que:

- a) o percentual de desconto ofertado é único, linear e uniforme, incidindo sobre todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo objeto contratual;
- b) a taxa de administração ofertada é de 0,00% (zero por cento);
- c) o percentual de desconto ofertado incidirá sobre os preços efetivamente praticados pela rede credenciada durante toda a vigência contratual;
- d) no percentual ofertado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas administrativas, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção da plataforma tecnológica, emissão de cartões e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do contrato;
- e) possuímos pleno conhecimento e concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação;
- f) a presente proposta possui validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DECLARAÇÃO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para todos os fins de direito, que a Taxa de Administração aplicável à presente contratação corresponde a 0,00% (zero por cento), não havendo qualquer cobrança adicional relativa à implantação, disponibilização do sistema informatizado, emissão de cartões, suporte técnico, treinamento ou manutenção da plataforma tecnológica.

Declara ainda que sua remuneração decorrerá exclusivamente da execução contratual e das condições comerciais inerentes ao modelo de gerenciamento de frota ofertado.

Local e data.

Representante Legal

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Favorecido: _____

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____

21. ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO E A EMPRESA _____.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO, autarquia federal da administração indireta, inscrito no CNPJ sob o nº 15.848.351/0001-24, com sede na Avenida dos Imigrantes, nº 3414, Bairro Liberdade, Porto Velho/RO, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Dr. João Paulo Cuadal Soares, brasileiro, médico, eleito para o Quinquênio 2023/2028, conforme Ata da 6ª Sessão Plenária Ordinária do CREMERO/2025, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, celebram o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, Processo Administrativo nº _____, mediante as cláusulas e condições seguintes, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado integrado via web, com utilização de cartões eletrônicos, magnéticos ou tecnologia equivalente, contemplando o fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, serviços de lavagem e higienização veicular, gerenciamento operacional da frota e administração de rede credenciada, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor global estimado da contratação: R\$ 113.069,25 (cento e treze mil, sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Percentual de desconto linear ofertado pela CONTRATADA: ____%.

Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento).

O percentual de desconto ofertado incidirá de forma linear e uniforme sobre todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo objeto contratual, incluindo combustíveis, peças, acessórios, serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem e higienização veicular.

O valor efetivamente pago decorrerá da execução contratual e da efetiva utilização dos serviços pela Administração, observada a aplicação do percentual de desconto contratado e o limite do valor estimado da contratação.

Os quantitativos e valores constantes do Termo de Referência possuem natureza meramente estimativa, não constituindo obrigação de consumo mínimo ou integral por parte da CONTRATANTE.

Integram este contrato, independentemente de transcrição:

I – o Termo de Referência;

II – o Estudo Técnico Preliminar – ETP;

III – a proposta da CONTRATADA;

IV – o Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos;

V – os demais documentos constantes do Processo Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, observadas as disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão, fiscalização, execução, recebimento e demais condições relativas à prestação dos serviços observarão integralmente as disposições constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor global estimado da contratação é de R\$ 113.069,25 (cento e treze mil, sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

No valor contratado estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do objeto, abrangendo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, operacionais, seguros, materiais, mão de obra, suporte técnico e demais custos diretos e indiretos.

A taxa de administração será de 0,00% (zero por cento), não sendo admitida qualquer cobrança adicional pela disponibilização do sistema informatizado, emissão de cartões, implantação, treinamento, suporte técnico ou manutenção da plataforma tecnológica.

O percentual de desconto linear ofertado pela CONTRATADA incidirá sobre todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo objeto contratual.

Os preços dos combustíveis observarão os valores efetivamente praticados pela rede credenciada no momento do abastecimento, respeitado o percentual de desconto contratado.

Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração efetiva da ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que tenha alterado substancialmente os custos da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

As condições de pagamento, liquidação da despesa, retenções tributárias e demais critérios financeiros observarão as disposições constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação.

Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

O reajuste será formalizado mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

- I – exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- III – efetuar os pagamentos devidos;
- IV – aplicar as sanções cabíveis;
- V – notificar a CONTRATADA sobre irregularidades verificadas na execução contratual.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas neste contrato, a CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições constantes do Termo de Referência, responsabilizando-se pela adequada execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não será exigida garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções administrativas aplicáveis observarão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção contratual observará as hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, nas seguintes dotações orçamentárias:

- Conta: 6.2.2.1.1.33.90.39.003 – Comissões e Corretagens;
- Conta: 6.2.2.1.1.33.90.39.014 – Manutenção e Conservação de Veículos;
- Conta: 6.2.2.1.1.33.90.30.014 – Material para Manutenção de Veículos;
- Conta: 6.2.2.1.1.33.90.30.001 – Gás, Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, os princípios aplicáveis à Administração Pública e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROTEÇÃO DE DADOS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pela confidencialidade, integridade e segurança das informações e dados tratados em decorrência da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações contratuais observarão as disposições dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO.

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO
CNPJ nº 15.848.351/0001-24
Dr. João Paulo Cuadal Soares
Presidente

EMPRESA: _____
CNPJ nº _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PAULO CUADAL SOARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 12:19:51.

FABIULA SILVA XIMENES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 09:23:51.

